

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 254 - Brasília, quarta-feira, 26 de junho de 1996

Multas por atraso em pagamento poderão ser reduzidas para 2%

Objetivo é aliviar consumidor de ônus excessivo e retirar do fornecedor a possibilidade de obter ganhos despropositados, segundo o relator do projeto aprovado pela Comissão de Justiça



Na CAE, Mauch, Franco e Miranda ouvem o secretário do Tesouro, Murilo Portugal

Aprovada a LDO por acordo de liderança

Por acordo de liderança, o Congresso Nacional aprovou ontem o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1997, com base em substitutivo apresentado pelo relator da Comissão Mista de Orçamento, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB).

A proposição, que será encaminhada à sanção do presidente da República, define as metas e prioridades do governo federal e servirá de base para a definição da proposta de lei orçamentária anual da União para 1997 e enviá-la ao Parlamento até o final do mês de agosto. Trata-se da primeira LDO elaborada, discutida e aprovada com base em plano plurianual, como exige a Constituição.

CAE ouve diretores do BC sobre troca de bônus

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), presidida pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), reuniu-se no início da noite de ontem para ouvir esclarecimentos do secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, e dos diretores da Área Internacional, Gustavo Franco, e de Fiscalização do Banco Central, Cláudio Mauch, sobre a reestruturação da dívida externa brasileira. Os três representantes da área financeira apresentaram argumentos para que o Senado autorize a troca de antigos bônus emitidos pelo governo brasileiro por novos papéis, alegando que isso resultará em significativos lucros para o Brasil.

Eles disseram que o México ganhou US\$ 166 milhões com negociações desse tipo, e pe-

diram que o Senado lhes dê maior liberdade para agir na redução dos custos dos passivos nacionais. Murilo Portugal afirmou que isso permitirá o alongamento do perfil da dívida externa, e alegou que existe uma oportunidade de ganho em razão da liberação de garantias pelo Brasil. Gustavo Franco também enfatizou os ganhos que o País pode ter com esse alongamento da dívida.

Autor do requerimento de convocação destas autoridades, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse que não conseguia ver um motivo lógico para o Banco Central querer se desfazer dos bônus velhos da dívida externa. Requião sugeriu que a CAE crie uma subcomissão destinada a acelerar e dar maior transparência a esse tipo de negociação.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) aprovou ontem projeto de lei que reduz de 10% para 2% as multas por atraso de pagamento. O relator da matéria, senador Bernardo Cabral, lembrou que o teto atual, de 10%, foi definido em época de inflação alta. Agora, com a estabilização da economia, segundo Cabral, precisa ser reestudado sob pena de onerar excessivamente o consumidor inadimplente e proporcionar ganhos despropositados aos fornecedores. O projeto agora será apreciado pelo plenário.

Sob a presidência do senador Iris Rezende, a CCJ também aprovou projeto de resolução que regulamenta o instituto do *lobby* no âmbito do Senado. Foi aprovado ainda projeto que atribui às CPIs poder para requerer aos bancos informações protegidas pelo sigilo bancário. **Páginas 2 e 3**

Simon cobra apuração da morte de PC

A apuração da morte do empresário alagoano Paulo César Farias não pode ficar sob a exclusiva responsabilidade da polícia civil de Alagoas. O ponto de vista foi defendido ontem pelo senador Pedro Simon, para quem o presidente Fernando Henrique Cardoso deveria determinar uma investigação rigorosa do caso. **Página 5**

Multas por atraso podem ser reduzidas a 2%

Projeto que alivia consumidor do ônus excessivo e retira do fornecedor ganhos despropositados foi aprovado ontem pela Comissão de Justiça do Senado

As multas por atraso de pagamento poderão ser reduzidas de 10% para 2%. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), aprovou ontem projeto nesse sentido, oriundo da Câmara dos Deputados.

Ao relatar a proposição, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou que o Código de Defesa do Consumidor, que prevê a atual cobrança de 10%, foi elaborado em uma época em que os índices inflacionários eram altos. Com o Plano Real, disse o senador, é pre-

ciso adequar o teto estabelecido pela lei à realidade atual, "sob pena de onerar excessivamente o consumidor inadimplente, proporcionando ganhos despropositados aos fornecedores".

A CCJ aprovou também projeto de decreto legislativo da senadora Emília Fernandes (PTB-RS) suspendendo a eficácia de dois decretos presidenciais que constituíram comissões especiais de revisão dos processos de anistia de que trata a Lei nº 8.878/94. De acordo com os decretos presidenciais, as comissões, formadas no âmbito do Minis-

tério da Administração Federal e da Reforma do Estado e do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, deveriam reexaminar decisões das subcomissões setoriais e da comissão especial de anistia criada por aquela lei. Emília Fernandes argumentou que tais decisões são de caráter definitivo, o que foi acolhido pela CCJ.

Foi aprovado ainda projeto do senador José Bianco (PFL-RO) que aperfei-



Iris, presidente da CCJ

çoa a Parte Especial do Código Penal para coibir a prática do roubo e do furto e, no caso de veículos automotores, também da receptação dos produtos desses atos. Pelo projeto, a pena mínima é aumentada quando o furto for de veículos com posterior transporte para outro estado ou mesmo para fora do Brasil. As matérias aprovadas ontem pela Comissão de Justiça vão agora à apreciação do plenário.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Participa da cerimônia oficial por ocasião do Dia Internacional Contra o Abuso de Drogas. *Auditório Petrônio Portella.*

11h - Preside sessão solene do Congresso Nacional em comemoração aos 10 anos de reatamento das relações entre a República de Cuba e a República Federativa do Brasil. *Plenário do Senado Federal.*

14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado.

PLENÁRIO

11h - Sessão solene do Congresso Nacional

Pauta: Comemoração dos 10 anos de reatamento das relações entre a República de Cuba e a República Federativa do Brasil. *Plenário do Senado Federal.*

15h - Sessão não deliberativa do Senado

Pauta: Comparecimento do ministro da Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira, para prestar esclarecimentos sobre a política de reajuste salarial dos servidores públicos civis e militares e sobre o projeto de reforma administrativa do Estado.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 253/95 (terminativo), que veda a instalação de juntas de conciliação e julgamento da Justiça do Trabalho em municípios com menos de 200 mil habitantes; "PEC nº 52/95, que abre às empresas de capitais estrangeiros a participação na assistência à saúde; "PEC nº 41/95, que revoga o dispositivo que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; "PEC nº 53/95, que dispõe sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; e "PEC nº 44/95, que altera os arts. 153 e 156 da Constituição Federal, no que diz respeito ao imposto sobre Propriedade Territorial Rural. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.*

11h15 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Exposição do ministro da Saúde, Adib Jatene, sobre o uso do superfumo, tabaco produzido por engenharia genética, bem como a utilização de amônia no tratamento das folhas de fumo, na fabricação de cigarro no Brasil. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.*

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA AMANHÃ

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 32/95, PLC nº 66/95 e PLS nº 251/95 que instituem, respectivamente, o número único de registro civil, a carteira de identidade única e o registro único para a identificação dos brasileiros e dos estrangeiros residentes no País; "PLC nº 87/91, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 3.857/60, que cria a Ordem dos Músicos do Brasil e dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico; e "PLS nº 82/95, que altera dispositivos da Lei nº 8.004/90, que dispõe sobre transferência de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.

COMISSÕES

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: A ser definida. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.*

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 2/96 (terminativo), que dispõe sobre a criação do "Dia Nacional dos Povos da Floresta"; "PLS nº 58/96 (terminativo), que dispõe sobre a transferência dos recursos do salário-educação; e "Projeto de Resolução nº 51/96 - CN (não terminativo), que institui o Prêmio Nacional de Educação Darcy Ribeiro, e dá outras providências. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.*

10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 83/95, que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime da Previdência Social; "PLS nº 136/95, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas; "PLS nº 160/95, que dispõe sobre o exercício da profissão de agente comunitário de saúde; "PLS nº 180/95, que altera a redação da letra a do art. 75 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; e "PLS nº 290/95, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas e físicas que participarem do programa de vale-gás liquefeito de petróleo (GLP). *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.*

10h30 - Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Votação de requerimentos diversos. *Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.*

Aprovado projeto sobre sigilo bancário

Segundo proposta acatada pela CCJ, as CPIs poderão requerer ao Banco Central e às instituições financeiras as informações e documentos de que necessitarem



A CCJ reconheceu que a prática de *lobby* é lícita e precisa sair da semiclandestinidadade

CCJ regulamenta *lobby* no Senado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de resolução que regulamenta o instituto do *lobby* no âmbito do Senado Federal. O projeto, apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), reproduz proposta de iniciativa do então senador Marco Maciel, atual vice-presidente da República.

Pela proposição, que será submetida ainda à apreciação do plenário do Senado, as pessoas físicas ou jurídicas que exercerem qualquer atividade tendente a influenciar o processo legislativo deverão registrar-se perante a Mesa Diretora, que distribuirá credenciais para o acesso das pessoas às dependências da Casa.

O relator da matéria, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), afirmou em seu voto que a elaboração de uma lei regulamentando o *lobby* é conve-

niente e oportuna, "para que esses grupos, cuja formação a princípio é lícita, não fiquem na semiclandestinidadade". A regulamentação da atividade, na avaliação de Cabral, preencherá um vazio e representará um canal de ligação entre a sociedade e o governo, além de impedir a existência "de composições com caráter ético duvidoso, uma vez que estas deverão ter atuação pública disciplinada por normas rígidas".

O projeto exige que as pessoas físicas ou jurídicas registradas junto ao Senado encaminhem à Mesa declaração discriminada dos gastos relativos à sua atuação perante a Casa. Da declaração constarão, obrigatoriamente, a indicação do interessado nos serviços, o projeto cuja aprovação ou rejeição é defendida ou a matéria cuja discussão é desejada. Também deverão ser declaradas as despesas efetuadas fora do Senado por pessoas físicas ou jurídicas

registradas perante a Mesa.

Pelo projeto, a omissão nas declarações ou em resposta a indagações da Mesa Diretora ou a tentativa de ocultar dados ou confundir a fiscalização implicará advertência e, em caso de reincidência, cassação do registro, "com o impedimento de acesso à Casa do Congresso", sem prejuízo do encaminhamento de documentação ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para a apuração e repressão do abuso do poder econômico.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apresentou voto em separado, contrário ao projeto. Segundo ele, a regulamentação do *lobby* constitui "expediente condicionante e perturbador da livre emulação das idéias (...)". Dutra sustentou também que a atividade tendente a influenciar o processo legislativo não pode comportar a ação de intermediários, mas sim a dos partidos políticos e entidades associativas.

Cabral: Projeto impede existência de "composições com caráter ético duvidoso"

As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) poderão requerer ao Banco Central ou às instituições financeiras as informações e documentos de que necessitarem, mesmo que protegidos pelo sigilo bancário, segundo substitutivo do senador Jefferson Peres (PSDB-AM) a projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Também foi aprovado projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que obriga as instituições financeiras e sociedades corretoras a prestarem à Receita Federal informações sobre as operações financeiras realizadas pelos usuários de seus serviços.

O substitutivo de Jefferson Peres determina que o dever de sigilo é extensivo ao Banco Central, o qual, juntamente com as instituições financeiras, fornecerá ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas da União as informações e documentos sigilosos. Fundamentadas em justificação relevante, essas instituições podem solicitar que as informações fornecidas sejam mantidas sob reserva ou sigilo.

Já a proposta de José Eduardo Dutra determina que as instituições financeiras serão obrigadas a prestar à Receita Federal as informações relativas às operações efetuadas, a cada mês, pelos usuários de seus serviços. Consideram-se, segundo o substitutivo, operações financeiras: débitos em contas de depósitos e os próprios depósitos à vista e a prazo, inclusive em conta de poupança; aquisições e vendas de títulos de renda fixa ou variável; aplicações em fundos de investimentos; operações com títulos ou valores mobiliários e outras operações que venham a ser definidas em lei.

Subcomissão da CAE analisa rolagem

Objetivo é compatibilizar as normas do BC com a prática legislativa. Decisão tomada ontem que beneficia Minas Gerais teve o protesto de Vilson Kleinübing e Esperidião Amin

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sob a presidência do senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), aprovou ontem autorização para o governo de Minas Gerais emitir Letras Financeiras do Tesouro, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária do estado. Os senadores Esperidião Amin (PPB-SC) e Vilson Kleinübing (PFL-SC) protestaram contra a decisão. Segundo eles, a operação fere as normas do Banco Central, além de não contar com o apoio da Constituição. Amin prometeu apresentar emenda de plenário para vetar a operação.

Gilberto Miranda propôs e foi aceita a criação de uma subcomissão para apresentar, no prazo de uma semana, um relatório que possibilite compatibilizar as nor-



A CAE aprovou ontem emendas de Benedita da Silva ao projeto de proteção ao trabalho doméstico

mas do BC para a rolagem das dívidas dos estados e a prática legislativa. Enquanto o BC estabelece um limite de até 2% nas renegociações, o Legislativo tem registrado exemplos de rolagem de até cem por cento da dívida mobiliária. A subcomissão será presidida pelo senador Osmar Dias (PR) e

o senador Kleinübing será o relator.

Relatadas pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), foram aprovadas ainda pela comissão sete emendas da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) ao projeto que define a proteção do trabalho doméstico. Deste modo, poderá ser suprimida a exigên-

cia do "atestado de boa conduta" para contratação dos domésticos. Também ficarão assegurados a essa categoria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o seguro-desemprego e o vale-transporte. As propostas serão agora examinadas pelo plenário do Senado.

Aprovação do projeto de proteção ao trabalho doméstico anima Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) destacou ontem a aprovação, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, do projeto de lei da Câmara sobre a proteção do trabalho doméstico. "Após seis anos de tramitação, tive o prazer de relatar a matéria, pois ninguém tem dúvidas da necessidade de se regulamentar o trabalho do profissional doméstico e criar regras que o protejam e lhe assegurem os direitos inerentes a qualquer trabalhador", disse.

O projeto, de acordo com Ney Suassuna, su-



Ney Suassuna

prime o atestado de boa conduta para a admissão do empregado doméstico e o desconto, do salário, de horas não trabalhadas, além da

proibição de o empregado receber familiares no local de trabalho.

DIREITOS

- Trata-se de direitos há muito reivindicados por essa classe de profissionais tão profundamente enraizada na tradição brasileira de organização do trabalho e secularmente desrespeitada em seus direitos trabalhistas mínimos e quase sempre relegada ao abandono na velhice, quando já não mais serve como força de trabalho - frisou. O projeto vai ainda à deliberação do plenário do Senado.

Dornbusch vem em agosto falar sobre Plano Real

O presidente da CAE, senador Gilberto Miranda, comunicou ontem haver recebido um fax do economista Rudiger Dornbusch, confirmando sua disposição em comparecer ao Senado para debater suas posições em relação ao Plano Real. Miranda esclareceu que a visita deverá ocorrer durante o próximo mês de agosto.

No início de junho, os principais jornais norte-americanos publicaram matérias baseadas em afirmações de Dornbusch prevendo que a economia brasileira mergulharia em crise semelhante à mexicana. Miranda informou que, por sugestão do deputado Delfim Netto, também deverão ser convidados para participar do debate os ex-ministros João Sayad e Mafson da Nóbrega.

Morte de PC é assunto para Presidente, proclama Simon

Senador cobra empenho do governo na investigação e lamenta não ter havido uma CPI dos Corruptores após o impeachment de Collor

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem que o governo federal não pode deixar exclusivamente com a polícia civil de Alagoas a incumbência de apurar a morte do empresário Paulo César Farias, que foi o tesoureiro de campanha do ex-presidente Fernando Collor de Mello.



Pedro Simon

- A responsabilidade pela apuração da morte de Paulo César Farias é do presidente da República e, talvez nunca, como agora, sua biografia esteve tão ameaçada - afirmou Simon.

Na opinião do senador, muita gente queria ver morto o

empresário e, por essa razão, seria desaconselhável deixar as investigações sob a responsabilidade exclusiva da polícia alagoana. Simon se diz espantado com o fato de a própria família do morto definir o crime como passional e pediu que o presidente Fernando Henrique Cardoso pense bem sobre o assunto.

O parlamentar argumentou que não é necessário ser um grande advogado para perceber que muitas providências técnicas não foram tomadas na apuração do crime.

- Eu lidei a vida inteira com júri e com prova, e sei que com

a prova se faz o que se quer - disse Simon.

O senador admitiu como possível a tese de que podem até ter induzido a namorada de PC a assassiná-lo para depois eliminá-la também. Ele mencionou o falecimento da esposa do empresário, há um ano, questionando também se foi rigorosamente investigado o infarto que a vitimou. E lembrou que a esposa do empresário dissera em entrevista que iam matá-la e ao marido.

Simon lamentou que o Senado não tenha dado prosseguimento às providências que seriam naturais após os trabalhos da CPI que resultou no impeachment do ex-presidente Fernando Collor - a CPI dos Corruptores.

Senado define jornada de 6 horas para psicólogos

Os senadores aprovaram ontem projeto substitutivo estabelecendo que a jornada diária de trabalho dos psicólogos não poderá passar de seis horas, somando 30 horas por semana. Foi fixado ainda piso salarial da categoria em R\$ 1.100,00 por mês. O projeto ainda terá de ser votado pelos deputados. Outro projeto aprovado pelo Senado fixou o piso salarial dos médicos e dos cirurgiões-dentistas em R\$ 1.337,32.

O plenário aprovou a renovação das concessões de duas emissoras de rádio, uma de televisão e prorrogou o prazo para que uma terceira rádio comece a funcionar. Foram renovadas as concessões da Companhia Catarinense de Rádio e Televisão, de Joinville, e da Radiojornal de Amambá, na cidade do mesmo nome (MS). Já a Rádio Cruzeiro FM, de Londrina (PR), teve renovada sua permissão de funcionamento.

Projeto de lei do Senado que fixa as indenizações para aeronautas e aeroviários punidos pelos ministros da Aeronáutica na década de 60 teve sua votação adiada por mais 30 dias, período em que o relator, senador Flaviano Melo (PMDB-AC), concluirá negociações com o governo sobre os valores das indenizações.

Também foi adiada por 30 dias, depois de intenso debate, a votação de proposta de emenda constitucional do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que acrescenta um inciso ao artigo 30 da Constituição para permitir aos municípios a desapropriação, por interesse social, de imóvel destinado a urbanização, mediante prévia e justa indenização. Os senadores aprovaram ainda o nome de Marusa Vasconcelos Freire para a função de procuradora-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Távola defende mobilização nacional em prol de Olimpíadas no Rio em 2004

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) defendeu ontem uma mobilização nacional em apoio à pretensão brasileira, já manifestada pelo governo, de sediar as Olimpíadas de 2004 na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o senador, há 11 cidades-candidatas, que serão, no próximo ano, reduzidas a um número de quatro pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), responsável pela decisão final. Távola afirmou que o Brasil tem chances muito palpáveis de sediar um evento como as Olimpíadas, que envolve empreendimentos de vulto e tem importante impacto mercadológico.

A título de exemplo, o senador fluminense ressaltou

que as Olimpíadas de Atlanta, que ocorrerão no mês que vem, mobilizarão 197 países, 150 mil profissionais, um público presente de 3 milhões de pessoas e cerca de 2 bilhões de espectadores do evento via televisões.

Entre as principais razões favoráveis ao Rio de Janeiro, o senador destacou que as competições das 28 modalidades de esporte olímpico poderão ser feitas num perímetro de 21 quilômetros quadrados, à diferença de Atlanta, em que elas se distribuirão por várias cidades próximas. O clima é outro motivo favorável: o Rio de Janeiro, entre a segunda quinzena de julho e início de agosto,



Artur da Távola

quando se realizam as Olimpíadas, tem uma temperatura média de 25°, "ideal para a prática esportiva e para a obtenção de resultados superiores", afirmou.

O Rio de Janeiro, argumentou ainda o senador, já tem experiência na realização de eventos esportivos. Sediou, entre outros, a Copa Mundial em 1950, a Copa Davis em 1996, o Mundial de Vôlei de 1961 e os Mundiais de Basquete Masculino de 1954 e 1963, citou. Além disso, a América Latina e a África são os únicos continentes que ainda não sediaram uma Olimpíada, disse.

Tebet aplaude construção do gasoduto Brasil/Bolívia

Obra é antiga aspiração regional e vai propiciar energia farta e barata a estados que carecem de industrialização, como Mato Grosso do Sul, afirma senador

O gasoduto que será construído entre Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, e Porto Alegre, além de garantir ao Brasil uma importante alternativa energética, propiciará energia farta e barata a estados que carecem de industrialização, como Mato Grosso do Sul, afirmou ontem o senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Ele parabenizou

o governo federal pela decisão, comunicada na segunda-feira após reunião entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e o presidente boliviano, Gonzalo Sanchez de Lozada.

Ramez Tebet afirmou que a obra é antiga aspiração dos estados que serão atravessados pelo gasoduto: Mato Grosso do Sul, Minas Gerais,

São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Conforme o senador, a construção deverá ser feita em 18 meses e custará cerca de US\$ 1,8 bilhão, a ser obtido junto a bancos internacionais de desenvolvimento. Caberá à Petrobras o comando de um consórcio de empresas privadas que gerenciarão o gasoduto, explicou.



Ramez Tebet

Senadores apelam ao Ibama por obras em rodovias

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) fez ontem um apelo a Eduardo Martins, presidente do Ibama, para que seja permitida a pavimentação das rodovias BR-362 e BR-317 e concedidos 90 dias para que o governo do estado apresente o Rima (Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente) das obras. Nabor Júnior negou que as obras tenham sido paralisadas por pressões de parlamentares do PMDB e do PT, conforme notícias que vêm sendo divulgadas no Acre.

- As providências do Ibama foram devidas a solicitação da Procuradoria da República no estado, não em função de qualquer intermediação de caráter político - afirmou o senador. Nabor Júnior esclareceu que, juntamente com outros parlamentares, intercedeu duas vezes junto ao Ministério dos Transportes pedindo maior agilidade na liberação dos recursos para as rodovias.

O parlamentar explicou que a legislação ambiental



Nabor Júnior

brasileira determina que a abertura, ou a pavimentação, de rodovias na região amazônica seja precedida pelo Rima. O relatório apresenta o levantamento das reservas indígenas e florestais atravessadas pelas obras, para evitar devastação ambiental como a ocorrida no trecho Cuiabá / Porto Velho.

Nabor Júnior argumentou que as rodovias são necessárias à região e que os próximos 90 dias coincidem com a estiagem amazônica, quando as obras de pavimentação podem ser adiantadas.

Também o senador Flavia-



Flaviano Melo

no Melo (PMDB-AC) pediu ontem ao Ibama que libere por 90 dias a continuação das obras de melhoramento das rodovias BR-317 e BR-364, que foram suspensas porque o governo do Acre não apresentou àquele órgão o Rima.

Flaviano disse que a execução das obras neste momento é muito importante, porque em julho começa o período de estiagem, propício para a execução daqueles serviços. A interrupção dos trabalhos, segundo o senador, resultará em prejuízos aos moradores da região, que ficam ilhados a maior parte do ano.

Benedita quer punir com rigor violência sexual contra menor

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) quer que os atos de violência sexual praticados contra menores de 14 anos constituam um tipo de delito qualificado como "violência absoluta" e não "violência relativa", como está definido no Código Penal. Projeto nesse sentido foi apresentado por ela, com o objetivo de impedir a possibilidade de contestação do que é previsto pela lei nesses casos.

Benedita informou que sua iniciativa foi motivada pelo recente episódio em que o STF absolveu um homem acusado de estuprar uma menor de 12 anos. Para a senadora, este fato deixa margem à dúvida de como punir a violência sexual contra menores de 14 anos, "uma vez considerada a violência como relativa".

De acordo com a autora, sua proposta tem o respaldo do Plano Nacional de Direitos Humanos, lançado há pouco pelo presidente da República.

Palmeira elogia artigo de Maciel sobre educação

O artigo "Um pacto pela educação", de autoria do vice-presidente Marco Maciel, publicado pelo jornal *O Globo* no último dia 19, foi destacado ontem pelo senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), que elogiou a idéia do ex-senador pernambucano de transformar a educação em prioridade permanente do País. "O conhecimento se tornou um fator essencial de diferenciação entre as sociedades contemporâneas", disse Palmeira.

O senador destacou que Marco Maciel chamou a atenção para os "males atávicos" do Estado brasileiro em relação à educação, ao referir-se ao modelo do sistema educacional que privilegia a elite, marginalizando os mais pobres.



Palmeira

- Nada é mais urgente, mais desafiador e mais prioritário do que dar às crianças e jovens das regiões pobres o mínimo que o Estado, em matéria de educação, oferece a tão poucos. Desde a Independência, todas as nossas Constituições prometem uma utópica igualdade de oportunidade para todos. A que igualdade queremos nos referir, quando discriminamos entre os que se educam e os que não conseguem se educar? - indaga.

O senador anunciou que apoiará a proposta de emenda constitucional do governo que prioriza investimentos no ensino fundamental. Em aparte, ele recebeu o apoio do senador Osmar Dias (PR).



Marluce Pinto (C) presidiu a sessão que colheu ontem o depoimento de repórteres da revista *Veja*

Jornalistas afirmam na CPI que exploração de crianças é a regra

Senadores buscam alternativas para erradicar a prática generalizada no País do trabalho infantil, segundo os depoentes

Os jornalistas Joaquim de Carvalho e Valéria França, da revista *Veja*, em depoimento ontem na CPI que apura denúncias sobre o trabalho infantil no Brasil, disseram que a exploração de crianças e adolescentes se acentua por todo o País e acontece tanto no campo quanto na área urbana. Eles afirmaram que a situação "já se tornou um vício tão grave que as autoridades e as próprias famílias já legalizaram o trabalho infantil".

Presidida por Marluce Pinto (PMDB-RR), a CPI foi ins-

tituída em decorrência de reportagem, publicada em agosto de 1995 pela revista *Veja*, feita pelos dois jornalistas. Carvalho disse, entretanto, que a retirada das crianças da atividade rural poderá criar um caos social, porque elas ajudam no sustento da família. Valéria, por sua vez, afirmou que a falta de escola é outro fator que contribui para a permanência do menor na roça.

Gerson Camata (PMDB-ES) quis saber se algum prefeito, vereador ou promotor tinha conhecimento do trabalho in-

fantil. Valéria esclareceu que "todos não só sabiam como tinham consciência do problema". José Alves (PFL-SE) disse que a CPI debruça-se sobre um problema que é a "fotografia da realidade brasileira". Benedita da Silva (PT-RJ) citou a sua própria condição de ex-empregada de padaria quando, ainda menor, recebia pão como salário semanal. Nabor Júnior (PMDB-AC) disse que a fiscalização pelas delegacias regionais do Trabalho seria uma maneira de coibir o trabalho infantil.

Napoleão relata reunião "histórica" da OIT

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) fez um relato ontem da participação do Brasil na 83ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, de 4 a 13 de junho, considerando-a "histórica" pela qualidade dos temas nela discutidos. Presente ao evento, Hugo Napoleão considerou o discurso do presidente da França, Jacques Chirac, em defesa do fim do trabalho escravo de adultos e crianças, o ponto alto da conferência.



Hugo Napoleão

Em seu discurso, o senador reproduziu afirmação feita pelo ministro do Trabalho, Paulo de Almeida Paiva, de que a democracia vive no País e que o presidente Fernando

Henrique Cardoso estabeleceu um plano de preservação e proteção dos direitos humanos com o objetivo de erradicar o trabalho forçado e o trabalho infantil.

O ministro do Trabalho informou, segundo o senador, que o presidente da República determinou a apuração de todas as denúncias de trabalho escravo. Hugo Napoleão relatou também a participação, na reunião de Genebra, do presidente da CNI, senador Fernando Bezerra.

Médico admite caos, mas culpa salário

Presidente do Sindicato do Rio de Janeiro mostra contracheque de médico com remuneração básica de R\$ 160. Senador critica falta de fiscalização das clínicas pelo governo



Comissão ouve depoimento de Luiz Roberto Tenório sobre situação de clínicas para idosos

O presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, Luiz Roberto Tenório, confirmou o quadro caótico verificado em instituições de atendimento a idosos na capital fluminense. Em depoimento à Comissão Especial do Senado que investiga a tragédia da Clínica Santa Genevêve e os problemas das demais clínicas geriátricas do Rio, ele ressaltou, porém, que a questão passa também pela falta de uma política salarial do governo que possibilite aos médicos a dedicação condizente com as necessidades de valorização do setor.

Inquirido pela presidente da comissão, senadora Benedita da Silva (PT-RJ), Tenório mostrou o contracheque de um médico com remuneração básica de R\$ 160,00, em uma clínica. O senador Lucídio Portella (PPB-PI), que é médico, discordou do sindicalista e apontou a falta de fiscalização, pelo governo, como uma das principais causas dos problemas na Santa Genevêve.

O relator da comissão, senador José Alves (PFL-SE), que também é médico, apontou a ausência de uma política nacional para idosos. José Alves disse que já pediu todos os documentos necessários à apuração do caso, para apresentar seu parecer à comissão até 11 de setembro.

A comissão volta a se reunir amanhã, às 11h, para ouvir o secretário de Saúde do Rio, a diretora da Santa Genevêve e o diretor do escritório do Ministério da Saúde no Rio.

Senado vota logo emenda do ensino fundamental

O Senado deverá votar durante o mês de julho a proposta de emenda à Constituição criando o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental. A avaliação foi feita pelo presidente da Casa, senador José Sarney, ao ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato de Souza, recebido em audiência na tarde de ontem, em companhia do líder do governo, senador Elcio Alves.

Sarney disse ao ministro que o Senado vê com muita simpatia medidas destinadas a trazer melhorias à educação.

Em outra audiência, Sarney tratou com o deputado Sílvio Torres (PSDB-SP) da apreciação pelo Senado de projeto de lei de autoria da deputada Rita Carnata, que altera dispositivos referentes à adoção de menores.

Júnia cobra providências para abrigar os sem-teto

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) anunciou sua preocupação com a situação de 400 famílias sem teto que, há 90 dias, invadiram um terreno em Belo Horizonte, à espera de providências das autoridades para que consigam instalações para morar. "Esta é a realidade social do País, en-

quanto bilhões de reais são destinados pelo governo a tapar rombos do sistema financeiro", afirmou Júnia Marise. Ela pediu ao presidente Fernando Henrique Cardoso que cumpra o compromisso de resgatar a dívida social do Brasil.

A parlamentar ressaltou

que o governo não pode fechar os olhos diante dessa realidade, entregando a banqueiros recursos que poderiam ser investidos em obras sociais. Ela mencionou o projeto habitacional Cingapura, lançado pela prefeitura de São Paulo, como uma providência eficaz na construção de moradias populares para famílias carentes.

Júnia também disse que 10 milhões de trabalhadores estão fora do mercado de trabalho no Brasil, acrescentando que, só em Belo Horizonte, 220 mil cidadãos perderam seus postos de trabalho nos últimos três meses.



Júnia Marise

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotonio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciê da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação: Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo: Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa: José do Carmo Andrade
■ Editores: Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação: Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Marcia das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal